

Resenha bibliográfica

Changing course: a global business perspective in development and the environment

SCHMIDHEINY, STEPHAN and BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *Changing course: a global business perspective in development and the environment*. Cambridge: The MIT Press, 1992, 372 p.

RONALDO SERÔA DA MOTTA

Crescimento econômico e preservação ambiental não são necessariamente objetivos conflitantes. Esta é a mensagem do livro *Changing course* que o industrial suíço Stephan Schmidheiny escreveu e editou.¹

Em 1990, o autor foi convidado por Maurice Strong, coordenador da Rio-92 (1992 United Nations Conference on Environment and Development), para liderar um projeto que reunisse as grandes empresas industriais do mundo em torno dos objetivos do desenvolvimento sustentável que seriam tratados na conferência.

De forma surpreendente observou-se uma adesão firme e objetiva das maiores lideranças mundiais em torno do projeto que resultou na criação do BCSD — Business Council for Sustainable Development.

O livro reflete assim o pensamento ou a visão do empresariado industrial do conceito de desenvolvimento sustentável. Para os leitores mais familiarizados com esse tema é possível constatar que o autor domina com destreza as principais questões ambientais e suas conseqüências econômicas, em certos momentos, inclusive, apresentando uma retórica quase acadêmica na exposição de seus argumentos e conclusões. Poucas publicações abordaram um espectro tão amplo de questões

¹ Editado no Brasil como *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Editora da FGV, 1992, 368 p.

ambientais, e, portanto, *Changing course* torna-se leitura obrigatória daqueles que querem compreender melhor a temática ambiental.

Na verdade, o livro, conforme enfatizado pelo próprio autor no Prefácio e confirmado nas inserções em toda publicação de quadros de declarações de líderes empresariais, é resultado de um esforço conjunto de estudos realizados pelo BCSD com contribuições de diversos empresários e de consultores de renomada reputação, todos devidamente citados nos anexos.

É fácil constatar que o texto resultante reflete algo muito maior que a soma de contribuições individuais e institucionais. Além disso, Stephan Schmidheiny em diversos seminários, conferências e entrevistas à imprensa já deu provas definitivas do seu engajamento, competência e convicções. Sua liderança entre os empresários “ambientalistas” é inquestionável não só por suas idéias como também por sua capacidade de articulação e convencimento. Não resta dúvida, portanto, que o autor merece o destaque principal na autoria do livro e a ele cabem honrarias e, como não poderia deixar de ser, a responsabilidade por erros e omissões.

O rumo a ser mudado

No Capítulo 1 o autor discute os limites do padrão atual de crescimento econômico. Referindo-se inúmeras vezes ao Relatório Brundtland,² evoca a necessidade de rever a forma pela qual a humanidade tem se apropriado dos bens e serviços ambientais. Quatro convicções do autor que permearão todo o livro são devidamente colocadas neste primeiro capítulo. Uma é a virtude do livre comércio, isto é, dos mecanismos de mercado, para resolver as questões ambientais, se os preços corretos dos recursos naturais forem internalizados nas atividades de produção. A segunda é que as empresas industriais podem ser “ecoeficientes”, isto é, produzir sem degradar, ao adotarem tecnologias apropriadas e modificarem seus conceitos de gestão. A terceira refere-se ao desafio do tempo que requer a inclusão do bem-estar das gerações futuras nas decisões de hoje e que só pode se realizar pelo processo democrático do qual o livre mercado é sua expressão máxima. A quarta reside no fato de que as desigualdades entre Sul e Norte devem ser resolvidas e que a responsabilidade de tal solucionamento cabe a todos, mas, principalmente, aos ajustes nos países pobres. Mudar o rumo é então adotar medidas que liberem o comércio, assinalem preços corretos aos bens e serviços ambientais e ajustem institucional e economicamente os países em desenvolvimento. Esses são os temas dos capítulos seguintes.

2 Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida por Gro Brundtland que foi divulgado em 1987.

Dando preço ao meio ambiente

Os Capítulos 2 a 5 discutem como, ao se assinalar os preços corretos dos recursos naturais, o mercado funciona a favor da natureza. O Capítulo 2 não deixa nada a desejar a alguns livros-textos de política ambiental ao tratar das virtudes dos mecanismos de mercado — como, por exemplo, taxaço e certificados de poluição e auto-regulamentação — como formas mais eficientes de controle de uso dos recursos naturais em relação aos atuais instrumentos de comando e controle (multas e sanções judiciais). A maior virtude de inserir o uso dos recursos naturais no sistema de mercado seria tornar atividades ecologicamente saudáveis mais viáveis e assim induzir o progresso de tecnologias limpas. Esta é a premissa básica, como o próprio autor admite, de todo o livro. A indústria, como os sinais corretos do mercado, resolveria a problemática ambiental. Schmidheiny enfatiza a auto-regulamentação das indústrias para antecipar padrões futuros ambientais e reduzir a carga fiscalizadora dos órgãos ambientais. O autor, ainda que timidamente, discute questões de equidade ao justificar compensações a grupos da sociedade no caso em que a aplicação de mecanismos de mercado for regressiva. É também abordada a necessidade de ajustar os indicadores macroeconômicos das contas nacionais para incluir custos ambientais. O capítulo termina com uma ênfase às virtudes do mercado em maximizar o bem-estar quando suas falhas, como no caso das externalidades ambientais, são corrigidas.

O Capítulo 3 repete quase as mesmas proposições, só que especificamente para o caso do consumo de energia, que é, para o autor, o grande desafio do desenvolvimento sustentável. O “dilema da energia” é colocado como a impossibilidade de o planeta suportar níveis de consumo energético iguais aos do Primeiro Mundo para a totalidade da população mundial. Ou seja, existe uma restrição energética ao crescimento econômico. Para resolver esse dilema as sociedades devem introduzir nos preços de energia essa amplitude de custos ambientais, de forma a viabilizar eficiência e substituição energética. Neste capítulo o autor enfatiza que os países em desenvolvimento podem ainda realizar grandes mudanças no seu padrão energético e para tal devem encorajar fontes alternativas, com ênfase nas dotações locais ou procurando cooperação tecnológica internacional.

O Capítulo 4 trata do papel dos mercados de capitais para um desenvolvimento sustentável. Como o próprio autor anuncia, trata-se de uma área pouco explorada na literatura. A proposta básica é que as fontes de financiamento têm que incorporar nas suas oportunidades de negócios a questão ambiental. Isto vale para as cotações das ações que deveriam, conforme já acontece em alguns casos, refletir o passivo ambiental das empresas; os “fundos verdes” que financiam investimentos com fins ecológicos; o mercado de seguro cobrindo riscos ambientais; os órgãos multilaterais priorizando propostas ambientais, e os governos implementando instrumentos como auditoria fiscal. Em suma, propõe-se que na avaliação da rentabilidade do capital também se considere a depreciação do capital natural e com isso *viabilize* atividades ecologicamente saudáveis.

Comércio exterior é o tema do Capítulo 5 no qual o autor, após uma longa apologia ao comércio livre, descarta enfaticamente o uso de sanções comerciais

como instrumento de controle ambiental. Se, por um lado, o autor reconhece que, exceto nos casos de problemas globais, os padrões ambientais são decisões domésticas, pois dependem da capacidade de assimilação do meio ambiente onde a produção se realiza, por outro, propõe esforços para harmonizar padrões ambientais internacionais aos quais os países menos ricos adeririam gradualmente. A adoção destes padrões evitaria, assim, qualquer forma de protecionismo de cunho ambiental.

Revedo os argumentos e as propostas discutidos nesses cinco capítulos, o leitor identifica facilmente as recomendações do autor para atendimento de uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Estas seriam mais mercado, mais comércio e menos subsídios da natureza. Os resultados seriam mais crescimento econômico com tecnologias mais limpas. Este é o desenvolvimento sustentável na concepção do autor. Tal fé no mercado e na tecnologia deve ser interpretada com cuidado. Embora já seja de aceitação geral a propriedade do argumento de preços corretos para os recursos naturais, existem, entretanto, divergências, que o próprio autor acanhadamente reconhece, entre os custos de longo prazo de um ajuste ambiental e os benefícios de longo prazo resultantes deste novo padrão de crescimento. Estas divergências se amplificam quando se procura internalizar custos ambientais de precaução, ou seja, custos esperados porém ainda não totalmente conhecidos.

O autor reconhece a necessidade de se adotar o “princípio da precaução”, mesmo porque, segundo ele, esta é a melhor prática nos negócios e na vida em geral. E postula inclusive a adoção de *no regret policies* como a forma mais indicada de gestão. Dentro desta lógica cabe saber que processo de barganha política o autor visualiza como capaz de corrigir as distorções dos preços dos recursos naturais, se estes terão que ser definidos regulatoriamente e não apenas como resultantes das forças de mercado. É sabido que a miopia ou a preferência no tempo de uma sociedade pode racionalmente colocar a pressão sobre a base natural de uma economia acima do ótimo ecológico, isto é, acima da capacidade de suporte do meio ambiente. Tecnologias mais limpas podem adiar o esgotamento dos recursos naturais, mas resta saber por quanto tempo. Ou melhor, por quanto tempo se deseja adiar. Além disso, o autor não encara a problemática da desigualdade de riqueza entre as nações de forma tão contundente como o faz para outras questões. O compromisso com a fé tecnológica dos Capítulos 6 a 9 e o tema da desigualdade Norte-Sul estarão presentes a todo momento nas teses defendidas dos Capítulos 6 a 10 e nos exemplos apresentados nos Capítulos 11 a 16 para corroborar estas teses. Conforme será visto, as indagações acima colocadas não são completamente respondidas e outras omissões são detectadas.

A ecoeficiência

Empresas devem estrategicamente incorporar nas suas oportunidades de negócios as preocupações ambientais. Não existirá mercado para os que não assimilarem as preocupações ambientais. Estas são afirmações do autor no Capítulo 6, em que estabelece um receituário para as empresas no qual se pressupõe envolver os

trabalhadores na consecução das metas ambientais, contar com assessoria ambiental as tomadas de decisão do investimento, explorar imagem da empresa com um engajamento em projetos ambientais, pressionar fornecedores pela qualidade ambiental de seus componentes e processos, adotar compromissos de auto-regulação e atuar junto aos governos para antecipar futuras restrições ambientais. Em suma, o autor postula novas estratégias de gestão. A semelhança da estratégia de “defeitos zero” propõe também “poluição zero”. Trata-se de incorporar definitivamente na gestão empresarial a preocupação com o meio ambiente. O capítulo termina com ênfase na auditoria ambiental como forma de encorajar o desempenho ambiental empresarial. Como o próprio autor enfatiza é nas decisões de negócios do dia-a-dia que as questões ambientais começam a ser resolvidas!

No Capítulo 7 o autor mostra que é no processo de inovação que as bases dessas decisões se sustentam. Primeiro prevenir a poluição através de melhoria de eficiência no uso dos insumos naturais, para evitar perdas desnecessárias como, por exemplo, de energia, matéria-prima e água. Segundo, procurar a substituição de materiais e processo que resultem em degradação. Por último, reciclar. O autor também dedica atenção ao próprio desenho do ciclo de vida do produto, que deve ser potencialmente degradável, reciclável e com emissão zero. Por fim, enfatiza a importância do comércio varejista ao impor aos fornecedores este tipo de característica no produto, explorando o crescente consumo ecológico. Menções são feitas à necessidade de oferecer mais informações sobre o produto e reduzir seu conteúdo de embalagem.

Conforme se observa, o autor deposita grande parte das soluções das questões ambientais na própria dinâmica empresarial, nas oportunidades de negócios. Não resta dúvida que as empresas líderes já estão avançando na sua preocupação ambiental, na medida em que isto representa imagem ou prestígio ou simplesmente o atendimento da legislação. É fato também conhecido que reduções na intensidade de poluição de um produto são possíveis de realizar com *good housekeeping*. Todavia, cabe questionar se tal desempenho ambiental não se viabiliza somente devido à posição de líder e, portanto, acaba por refletir um poder de mercado concentrado e oligopolizado. Logo, cabe questionar o que se pode esperar de avanços futuros quando os custos marginais de controle de poluição tornarem-se crescentes e ameaçarem posições de liderança. Além disso, é o padrão de consumo dos países ricos no qual a origem dos problemas ambientais reside e, sem alterá-lo, o desenvolvimento sustentável pode não se concretizar. A premissa de que é pelo lado da oferta que se realizam mudanças estruturais não parece encontrar sustentação teórica e empírica e tampouco solução para as desigualdades entre nações.

As desigualdades entre nações

A questão terceiro-mundista surge fortemente agora no Capítulo 8 sobre cooperação tecnológica. O autor, com muita clareza, coloca em dúvida o processo de transferência tecnológica via governos e faz uma longa defesa a favor do mercado como ainda a melhor alternativa para este processo. Acredita, assim, que cabe às

multinacionais, devido a sua posição estratégica na economia mundial, realizar estas transferências com base em parcerias de maturação longa e estável. Em suma, as oportunidades de negócios, viabilizadas pelo livre comércio, surgem novamente como soluções. Entretanto, é no Capítulo 9 que a questão do desenvolvimento é central. O tema é gestão de recursos renováveis: agricultura e floresta. De acordo com o autor, o Terceiro Mundo depende economicamente dos recursos do solo e da floresta cujo o uso incorreto os torna os principais responsáveis pelos mais importantes problemas ambientais do mundo e, portanto, ajustes nesses usos nos países em desenvolvimento são vitais para o desenvolvimento sustentável.

O autor reconhece que Europa, Japão e Estados Unidos mantêm políticas agrícolas florestais que não são ambientalmente recomendáveis na sua totalidade. Mas, o autor afirma, de forma bastante clara, que esses países já conseguiram, com uso de tecnologias apropriadas, o equilíbrio ecológico nessas atividades e, assim, é no Terceiro Mundo que os grandes problemas residem. Nessa parte do mundo faltam tecnologias e políticas apropriadas para lidar com a situação catastrófica que se aproxima com a destruição desses recursos renováveis. Dessa forma, faz um apelo a um menor protecionismo às exportações agrícolas dos países em desenvolvimento e um esforço internacional para realizar projetos florestais ecologicamente saudáveis. Tudo isto, todavia, não será suficiente para salvar os países do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, o mundo todo que está ameaçado por esta situação.

É preciso, portanto, que as lideranças dos países em desenvolvimento percebam as mudanças institucionais e estruturais necessárias para a consecução do desenvolvimento sustentável. Este é assim o tema do Capítulo 10. Avançar na liberalização econômica, explorar vantagens competitivas e prover à estabilidade macroeconômica são premissas básicas, de acordo com o autor, para viabilizar o processo de mudanças no Terceiro Mundo. As restrições de dívida externa podem também ser superadas com este novo cenário. Adicionalmente, grande esforço deve ser devotado ao controle da população, à criação de condições econômicas favoráveis na área rural para controlar o processo migratório e aos incentivos ao crescimento das pequenas e médias empresas.

Esses três últimos capítulos confirmam claramente que o autor entende que o desenvolvimento só poderá ser alcançado com a abertura econômica, a especialização em produção primária e o fortalecimento das pequenas e médias empresas em conjunto com políticas macroeconômicas austeras e controle de população. Não há dúvida que o autor incorre em simplificações bastante fortes da temática do desenvolvimento e na dinâmica do processo de transferência de tecnologia. A despeito de admitir em alguns momentos que os países desenvolvidos, em relação aos países em desenvolvimento, consomem mais energia *per capita* e geram mais resíduos poluentes, o autor procura atribuir ao Terceiro Mundo a maior necessidade de mudança. Apesar de o autor reconhecer pontualmente que o protecionismo dos países ricos e a ordem mundial atual subjugam os melhores esforços de crescimento dos países pobres, é aos líderes dos países pobres que ele dedica um capítulo. Percebe-se que faltam dois capítulos no livro. Um dedicado especificamente à discussão do padrão de consumo dos países ricos, o qual, na verdade, em vez do desenvolvimento do Terceiro Mundo como faz crer o autor, constitui-se na causa principal de todos os problemas ambientais do planeta. O outro, dedicado

aos líderes desses países ricos para que criem as condições políticas necessárias de forma a preparar suas sociedades para as mudanças necessárias nos seus padrões de consumo e relações mais justas com os países pobres.

À guisa de conclusão

O autor foi extremamente capaz de apreender e apresentar com bastante clareza a maioria das temáticas do desenvolvimento sustentável. Entretanto, não conseguiu se despojar totalmente da sua visão de empresário e cidadão do Primeiro Mundo. Não que tenha evitado reconhecer as questões contrárias a esta visão, mas não foi capaz de enfatizá-las e incorporá-las no seu receituário para orientar a mudança de curso proposta. As suas premissas sobre as virtudes do mercado e livre comércio, preços corretos para recursos naturais, adoção de técnicas de gestão ambiental mais avançadas e parcerias internacionais para efetivar transferência tecnológica são indiscutíveis. Entretanto, suas teses sobre a possibilidade de as mudanças se originarem pelo lado dos produtores, e que o problema ambiental será resolvido pela tecnologia, são bastante simplificadoras. Injusta e parcial é ainda a retórica sobre a participação e importância dos países pobres nas questões ambientais globais. Todos esses argumentos escamoteiam a questão principal do desenvolvimento sustentável, que pode ser expressa na seguinte indagação: desenvolvimento para quê? Ou seja, existem estruturas de consumo nos países ricos, e obviamente copiadas nos países pobres, que tornaram inviável o atual padrão de crescimento. Se hoje se assiste a um clamor pela qualidade ambiental é porque se percebe que os bens e serviços ambientais se escasseiam. A tecnologia pode reduzir esta escassez, mas, pelas leis da termodinâmica, em várias situações os esforços tecnológicos podem ser extremamente custosos, como é o caso da substituição energética do petróleo.

Determinar que capital natural é crítico, isto é, aquele deve ser preservado independente dos benefícios de curto prazo advindos da sua exploração, é o primeiro passo antes de propor instrumentos de política de desenvolvimento. À luz destas restrições há que se analisar que padrão de consumo a sociedade mundial pode almejar e aí, sim, definir as regras para o setor produtivo. Não resta dúvida que esta trajetória trará no bojo questões de equidade não só dentro de uma sociedade mas também, senão principalmente, entre nações. As empresas industriais têm certamente um papel relevante nesta transição, mas é difícil supor que serão os principais timoneiros a levar esta humanidade a novos rumos mais promissores e sustentáveis.

(Originais recebidos em dezembro de 1992. Revisitos em março de 1993.)